

## O Paternalismo no Rio Grande do Sul: relações entre Estado e trabalhadores na Primeira República

---

César Augusto Bubolz Queirós (UFRGS)



**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de analisar e discutir o tema das relações paternalistas entre o Estado e os trabalhadores tomando como palco as greves ocorridas na Primeira República no Rio Grande do Sul. Analisando as greves ocorridas na Primeira República busca demonstrar que o paternalismo era mais um objeto de disputa nas relações entre Estado e trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paternalismo; Greves; História Social.

**ABSTRACT:** This article has the objective to analyze and to argue the subject of the paternalistas relations between the State and the workers being taken as palco the occurred strikes in the First Republic in the Rio Grande Do Sul. Analyzing the occurred strikes in the First Republic it searchs to demonstrate that paternalism was plus an object of dispute in the diligent relations between State and wokers.

**KEYWORDS:** Paternalism; Strikes; Social History.

O ano de 1917 foi marcado pela eclosão de diversas greves em vários estados brasileiros. Motivadas, sobretudo, pela carestia de vida decorrente do incremento das exportações brasileiras em virtude da ocorrência da Primeira Guerra Mundial, o que gerou um aumento da carestia entre os trabalhadores, estas greves – cada uma com sua especificidade – fizeram parte de um movimento com características semelhantes e que, a grosso modo, exigiam a intervenção do estado sobre a oferta e exportação de gêneros alimentícios. Assim, esta onda de paralisações operárias vai atingir cidades como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Certamente não se quer pressupor aqui qualquer determinismo que transforme os protestos operários em um mero epifenômeno das condições materiais ou em um reflexo automático à onda de agitações que se espalhava tanto pelo Velho Continente quanto pelos outros estados brasileiros uma vez que o processo social é o “resultado da interação entre muitas cadeias causais, postas em movimento por vários atores sociais” (TERTULIAN, p. 65) não podendo ser reduzido a um único fator. Entretanto, não se pode desconsiderar estes elementos uma vez que estavam presentes nitidamente nas manifestações operárias aqui abordadas. Tanto a carestia provocada pela eclosão de um ‘tufão mortífero’ (O INDEPENDENTE, 05/09/1919), que assolava a Europa – e que em virtude do país abastecer os países envolvidos no conflito com gêneros alimentícios gerava uma profunda carestia nas classes menos favorecidas – quanto a onda revolucionária que se alastrou por vários países pondo em estado de alerta a burguesia européia e espalhando pelo mundo a esperança de uma profunda transformação social achavam-se entre as justificativas que os agentes sociais utilizavam para legitimar o seu movimento.

O Tufão Mortífero – Entre os anos de 1914 e 1918, a Europa esteve envolvida em um conflito de dimensões mundiais que, por sua natureza e intensidade, acabou por

afetar enormemente a vida cotidiana de países que sequer tinham se envolvido no mesmo. Apesar de o Brasil só ter oficialmente declarado guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917, quando o Presidente Venceslau Brás rompe com a neutralidade em função do afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, a influência deste conflito era sentida no dia-a-dia – para não dizer no bolso – dos cidadãos brasileiros.

A evolução do conflito europeu proporcionou um significativo aumento das exportações do estado e do país, elevando o preço dos gêneros alimentícios a um patamar muito alto em função da exigüidade da oferta de gêneros alimentícios. Apenas entre os anos de 1914 e 1917 as exportações brasileiras aumentaram – em peso – 53,96% (BRASIL, 1990, p. 570). Segundo Villela, “as exportações de açúcar, antes esporádicas e sem expressão, e de carne resfriada e congelada, que não existiam antes de 1914, cresceram enormemente durante os anos de guerra, mantendo-se em níveis elevados até 1920. Outro produto alimentar cujas exportações também cresceram nos últimos anos da guerra foi a banha” (VILLELA, s/d, p. 542), levando a uma profunda carestia que gerou descontentamentos no meio operário e popular. Outros dados apontam para o crescimento dos índices do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro onde observa-se que, entre os anos de 1914 – quando o conflito se iniciou – e 1919, a inflação foi de 49,01% e que a elevação dos preços na pasta alimentação foi ainda maior, alcançando a cifra de 50,94% (BRASIL, 1990, p. 174).

No estado do Rio Grande do Sul, o aumento das exportações foi ainda mais significativo pois somente entre os anos de 1916 e 1919 estas cresceram 71,84% em peso (Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes em 1920, p. 127) e 133,53% em seu valor real. “Em 1919, porém, o movimento do nosso comércio exportador foi ainda maior. O valor oficial dos produtos enviados para mercados

nacionais e estrangeiros montou em 215.572:443\$110, relativos a 328.586.342 kilos. O acréscimo foi, pois, quanto a 1918 de 49.808:184\$880 e 36.841.202 kilos. Esses algarismos dispensam todo e qualquer comentário. Eles demonstram, na sua eloquência intrínseca, que o valor de nossa exportação em 4 anos, numa progressão vertiginosa, duplicou largamente, passando de 92.309:660\$020 em 1916 a 215.572:443\$110 em 1919. O aumento corresponde efetivamente a 133,53%. Quanto ao peso, tendo sido de 191.207.352, em 1916, e de 328.586.342 em 1919, a diferença para mais, em favor deste último ano, foi de 137.378.890 kilos ou de 71,84%” (Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes em 1920. p. 127). O mercado que teve o maior crescimento neste período foi o europeu, tendo em vista que, somente entre os anos de 1918 e 1919, as mercadorias destinadas a este continente apresentaram um acréscimo de 21.370.065 em peso, representando um aumento de 155,1% nas exportações, enquanto que para o mercado americano houve uma queda no mesmo período e para o mercado nacional o crescimento foi de apenas 23,71% – indicando que, efetivamente, o conflito europeu acarretou um impacto sobre as exportações do estado. Entre os países europeus, a Inglaterra foi o maior comprador, sendo responsável pela aquisição de 20.431.592 quilos, ou seja, 58,13% do volume total das exportações destinadas ao mercado europeu (BRASIL, 1990, p. 174).

Entretanto, apesar do significativo aumento das cifras das exportações, deve-se salientar que, no mesmo período, o crescimento da produção das indústrias de transformação no ramo da alimentação no Brasil é equivalente a este acréscimo, atingindo o índice de 49,7% e que o crescimento da produção do setor industrial em geral foi de 52,17% (BRASIL, 1990, p. 383). Embora as exportações tenham aumentado, o nível da produção aumentou de modo similar de forma que este aumento

não justificaria uma elevação tão acentuada nos preços e a carestia verificada no período. Entre 1915 e 1919 a produção industrial no Rio Grande do Sul praticamente dobrou – em valores movimentados – e o número de estabelecimentos industriais passou de 2.787 em 1915 para 12.950 em 1919. O número de operários também sofreu uma significativa elevação, passando de pouco mais de 15.000 em 1915 para 65.000 em 1919 (REISCHEL, 1979, p. 269), o que contabiliza um crescimento de 333,33% (Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes em 1920. p. 127).

Esta situação levou a que uma série de greves paralisasse a capital do estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1917 e 1919. Durante a greve de 1917, o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, adotou uma série de medidas que visaram conter as exportações e que vinham ao encontro das reivindicações da Liga de Defesa Popular – comitê diretivo da greve geral ocorrida naquele ano.

Tal postura do governo do estado do Rio Grande do Sul, atendendo em parte as reivindicações dos operários, suscitou uma ampla discussão sobre os motivos deste comportamento. A influência do ideário positivista justificaria tal posição, caracterizando uma postura paternalista, marcando uma flagrante diferença entre a postura do PRR no estado e o comportamento das demais elites nacionais perante a questão social? Ou esta atitude se resumiu a uma estratégia do PRR para desmobilizar um movimento que atingia proporções alarmantes, paralisando diversas categorias da capital?

Assim, para alguns autores, a postura do governo do estado do Rio Grande do Sul durante este movimento paredista teria se caracterizado pelo chamado “paternalismo borgista”, resultado da influência positivista do PRR marcada por uma “aparente contradição do governo gaúcho com respeito à regulamentação do trabalho – de um lado garantindo o privatismo e de outro

promovendo o protecionismo” (PETERSEN, 1979, p. 280), ou seja, se por um lado o governo defendia o privatismo nas relações entre capital e trabalho e manifestava-se francamente contrário ao que denominava de ‘golpes legislativos’, por outro, posicionava-se, muitas vezes, a favor de medidas de proteção aos trabalhadores, como a que previa indenizações aos operários pelos acidentes de trabalho. A posição do governo do estado durante a greve de 1917 seria, então, um exemplo do ‘paternalismo borgista’ uma vez que, “em 1917, vemos Borges de Medeiros assumindo uma posição de nítido apoio às pretensões operárias”, posição esta que, segundo a autora, poderia ser explicada “no marco do ‘paternalismo borgista’ frente ao operariado, cujas raízes está na própria filosofia de Comte” (PETERSEN, 1979, p.324). Pesavento salienta que este paternalismo foi uma política utilizada somente “até o momento em que a ideologia, como justificativa, não atendeu mais aos interesses do Estado na solução da questão social” (1979, p. 227). Se notarmos, contudo, que esta ação paternalista restringiu-se à atuação do governo gaúcho durante a greve de 1917, pode-se questionar e inverter esta afirmação, observando que, via de regra, o estado atuava de modo repressivo e coercitivo, acionando a força pública, reprimindo *meetings* e fechando associações operárias, e que somente em 1917 verifica-se esta ação paternalista.

Ao buscar no Positivismo gaúcho da República Velha as bases do trabalhismo pós-30, Bodea utilizou o exemplo da greve de 1917 para buscar linhas gerais explicativas da postura do PRR perante a questão social com base na influência positivista, o que acarretaria uma nítida diferença no que concerne à forma como as demais elites nacionais tratavam a questão, fortemente influenciadas pelo liberalismo. Contudo, como este comportamento das elites políticas locais não se verifica também nas demais greves – que foram duramente reprimidas e

atribuídas a causas injustificáveis – a postura do governo do estado em 1917, por mais que tenha recorrido ao discurso positivista para justificar e legitimar tais medidas, deve ser considerada como “algo episódico, resultado de um conjunto de fatores circunstanciais, não passível de generalização e sem razões mais profundas que possam detectar o aparecimento de algo novo, duradouro nas relações entre as classes dirigentes e o movimento emergente dos trabalhadores” (FONSECA, 1993, 412).

Deste modo, mesmo que o governo do estado, através de seu órgão de imprensa, recorresse ao discurso positivista argumentando ter colocado os operários sob “a mais ampla tutela benéfica do Estado” (O operário em face das leis do Estado. A Federação. 1º/01/1922) e procurado “à luz dos ensinamentos de Augusto Comte, promover definitivamente a incorporação do proletariado à sociedade moderna” (Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes. 1918. p. 12), sua atitude possuiu um caráter circunstancial em decorrência de diversos fatores tais como a dimensão atingida pelo movimento, a legitimidade de suas reivindicações (reconhecida até mesmo pela imprensa diária da capital), a conjuntura política nacional e, como já mencionado, o fortalecimento das posições não anarquistas entre as lideranças operárias. Tal postura não se constituiu, pois, uma prática efetiva do PRR, podendo-se afirmar que o paternalismo, neste sentido, aparece mais como um discurso, uma interpretação do real (ou uma encenação teatral, visto que “cada sociedad tienen su próprio estilo de teatro” (THOMPSON, 1979. P. 52) do que como uma política sistemática de estado. Podemos considerar ainda que tais atos “deben verse como actos premeditados de apaciguamento de clase” (THOMPSON, 1979. P. 40), sobretudo considerando as já mencionadas circunstâncias que estavam presentes durante a referida greve que faziam com que “los gobernantes se veían forzados a hacer conceciones” (THOMPSON, 1979. P. 52).

Na mesma linha de Fonseca, ao estudar a greve de 1917, Silva Jr. observou que as medidas adotadas pelo governo não foram postas em prática imediatamente, como afirmara Bodea (BODEA, s/d. p. 30), tendo sido assinados os decretos após a realização de manifestação pública por parte dos operários, salientando, ainda, que “nem as lideranças da greve, nem o conjunto dos grevistas assumiram quaisquer compromissos paternalistas [...] recomendando a continuação da greve” (SILVA Jr., 1996. p. 195). Para Bodea, as medidas de Borges de Medeiros haviam sido promulgadas “praticamente no mesmo dia em que as reivindicações da Liga foram apresentadas formalmente ao Presidente do estado”, o que foi contestado por Silva Jr. uma vez que as reivindicações foram apresentadas ao governo dia 30 e os referidos decretos ocorreram no dia 2 de agosto.

O que seriam, contudo, estes compromissos paternalistas? Até que ponto pode-se considerar que os operários teriam ou não tomado as atitudes de Borges como sendo paternalistas? E que grau de racionalidade pode ser atribuído a esta tomada de posição? Segundo Thompson, “lo que es (desde arriba) um acto de concessión’, es (desde abajo) um ‘acto de lograr” (THOMPSON, 1979. P. 40). Deste modo, os operários, não tendo assumido compromissos paternalistas e tendo, inclusive, sugerido a continuidade da greve, teriam considerado as medidas de Borges de Medeiros não como uma concessão mas sim como uma conquista do movimento que começava a alcançar a vitória desejada. Entretanto, esta visão não pode ser generalizada para todos os operários tendo em vista que configurava uma disputa simbólica sobre o real uma vez que, mesmo as lideranças operárias e os grevistas não considerando a ação do estado como uma concessão feita pelo presidente, os demais operários e o conjunto da sociedade poderiam estar mais suscetíveis àquele discurso paternalista, posto que “gran parte de la vida política de nuestras propias sociedades puede entenderse sólo como uma contienda por la autoridad simbólica” (THOMPSON, 1979. P.

52). Bourdieu identifica esta luta simbólica como um dos elementos fundadores da própria noção de classe social pois “não se passa da classe-no-papel à classe ‘real’ a não ser por um trabalho político de mobilização: a classe ‘real’, se é que ela alguma vez existiu ‘realmente’, é apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado” (BOURDIEU, 1997. p. 26).

E desta luta de classificações sobre o real resulta que dois discursos antagônicos se entrecruzam: de um lado, os operários grevistas buscando legitimidade junto à sociedade e ao conjunto dos trabalhadores afirmando que os decretos estaduais e os atos municipais teriam sido conquistas do movimento, conseqüências do êxito da condução da greve; de outro, o discurso do governo do estado que apresentava-se como promotor do bem estar da sociedade através de sua ação benéfica e desinteressada. De que forma ocorria a recepção desses discursos por parte dos operários (sejam aqueles que não aderiram à greve ou os que compunham a base do movimento mas que não possuíam uma militância efetiva nos sindicatos) é uma questão muito difícil de precisar, sobretudo se considerarmos que – como já mencionado anteriormente – o trabalhador comum dificilmente deixa registros escritos de suas impressões. Contudo, afirmar que os operários percebiam a ação do governo como uma conquista, e não como uma concessão, me parece uma generalização. Podemos, sim, argumentar que as lideranças operárias consideravam tais atitudes o resultado do êxito do movimento e um sinal da vitória da greve.

Neste sentido, Chalhoub salienta que há uma diferença explícita nas concepções sobre a relação patrão e empregado entre grevistas e não grevistas pois, enquanto uma parcela da classe operária se identifica claramente com a defesa dos interesses do

patronato, outro segmento da classe revela “uma consciência nítida de que os interesses dos patrões não são os seus” (CHALHOUB, 1986, p.105). A coexistência destas duas visões de mundo no ambiente laboral acabaria por provocar uma nítida “controvérsia entre trabalhadores que percebem a relação patrão-empregado basicamente como uma relação de cooperação paternalista, e aqueles que a concebem como uma relação conflituosa” (CHALHOUB, 1986, p.107). Neste sentido, os trabalhadores que não aderiam às greves poderiam sim identificar as medidas do governo como atitudes paternalistas, seja devido à descrença nas estratégias dos grevistas, ao discurso constantemente veiculado nos órgãos de imprensa ou a outros fatores que, devido à sua natureza, não pudemos apurar. Do mesmo modo, para Bourdieu, a visão de mundo dos dominados é freqüentemente caracterizada pela imposição do princípio de realidade, que reflete um profundo realismo e uma aceitação tácita de posição, um instinto de conservação socialmente constituído que os leva “a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 141). Este profundo realismo acaba resultando em uma resignação frente à posição ocupada no espaço social e traduz-se na negação de fazer parte da luta pelos interesses de classe, na descrença com relação às possibilidades concretas de uma greve e no medo das perdas que tal decisão poderia acarretar.

Todavia, a postura de não adesão de uma significativa parcela dos trabalhadores nas greves não pode ser entendida tão somente como uma posição de identificação paternalista com os interesses patronais – mesmo que não descartemos esta alternativa – mas pode ser interpretada também como uma postura de independência, de neutralidade diante do conflito instaurado e, ao mesmo tempo, como uma simples descrença nos ideais coletivistas e sindicais dos paredistas, uma incerteza em relação

às reais possibilidades de obtenção de retribuições materiais e um cálculo dos custos pessoais que a adesão a tal movimento poderia acarretar. O que não quer dizer que esta postura possa ser entendida somente em termos de uma “escolha racional” (OLSON, 1999, p. 127) – e neste sentido a opção pelo paternalismo pode ser considerada como uma – mas sim compreender a recusa ao engajamento militante como resultante de um conjunto de possibilidades que vão desde a avaliação concreta das reais possibilidades de êxito, da consideração dos custos envolvidos e de elementos menos concretos, como a formação de vínculos de cooperação, de identidades e de representações sobre os grevistas.

Assim como na Inglaterra do século XVIII, no Rio Grande do Sul “el modelo paternalista tuviera una existencia ideal, pero también una existencia real fragmentaria” pois em anos de estabilidade econômica “las autoridades lo dejaban caer em el olvido. Pero si los precios subían y los pobres se mostraban levantiscos se lo reavivaba, al menos para crear un efecto simbólico” (THOMPSON, 1979, P. 78).

Uma ação que requer uma retribuição: as ações paternalistas podem ser entendidas como estratégias utilizadas com o intuito de reforçar a dominação e obter um comportamento esperado – no caso, a resignação e o fim da greve. Não são, portanto, ações gratuitas, preocupadas com o bem estar da sociedade, mas sim, meios para se alcançar os objetivos desejados através de um discurso de harmonia social e de cooperação entre as classes. Porém, a existência de uma “ideologia paternalista não significa a inexistência de solidariedades horizontais e, por conseguinte, de antagonismos sociais”, ou seja, “subordinação não significa necessariamente passividade” (CHALHOUB, 2003, p. 46).

À guisa de conclusão podemos afirmar que o paternalismo, muito mais do que uma política efetiva adotada pelo governo do estado, era um objeto de disputa simbólica pela explicação do real uma vez que, enquanto o governo do estado buscava

apregoar um discurso de harmonia social e de cooperação entre as classes, os operários militantes viam tais concessões do governo como uma conquista da mobilização operária, de suas associações e sindicatos. Concessões ou conquistas? Ato de benevolência ou de harmonização? Enfim, esta era mais uma disputa presente nas relações entre Estado e trabalhadores.

T & M

Texto recebido em agosto de 2008.  
Aprovado para publicação em outubro de 2008.

### REFERÊNCIAS

- BODEA, Miguel. A Greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre: Pro-Arte-L&PM, s/d.
- BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Gênese das Classes. In: *O Poder Simbólico*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis: historiador. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes em 1920.
- Mensagem do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes em 1918.
- O INDEPENDENTE*. Porto Alegre. 05 de setembro de 1919.
- O operário em face das leis do Estado. A Federação. 1º/01/1922.
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo, Edusp, 1999 .
- REISCHEL, Heloisa. A industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, J. H. (org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. "Povo! Trabalhadores!: tumultos e movimento operário. In: ÁVILA, Maria de Fátima (org.). *Porto Alegre: Dissertações e Teses*. Unidade Editorial Porto Alegre: Porto Alegre, 1996. Cadernos Ponto & Vírgula 13.
- TERTULIAN, Nicolas. Uma Apresentação à Ontologia do Ser Social. *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1996. Vol I. nº 3.
- THOMPSON, E. P.. Economia Moral. In: \_\_\_\_\_. Tradición, revuelta y conciencia de clase. Barcelona: Grijalbo, 1979.
- THOMPSON, Edward. Lucha de clases sin clases?. In: \_\_\_\_\_. Tradición, Revuelta Y Conciencia de clase. Barcelona: Grijalbo, 1979.
- VILLELA, Anibal. Surto Industrial durante a guerra de 1914-1918. Rio de Janeiro: APEC, s/d.